

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 6.403, DE 2002

"Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, com a redação dada pela Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000, e pela Medida Provisória nº 2.193-6, de 23 de agosto de 2001."

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado EUDES XAVIER

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 6.403, de 2002, do Senado Federal, resultou das conclusões obtidas pela Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fatos envolvendo as associações brasileiras de futebol, que funcionou no período de dezembro de 2000 a maio de 2001 e que ficou conhecida como a "CPI do Futebol".

A proposição foi aprovada pelo Senado Federal em março de 2002 e dispõe sobre vários assuntos previstos na Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, conhecida como Lei Pelé.

São as seguintes as alterações sugeridas:

a) altera o art.12-A inserindo-lhe um inciso XI, prevendo a participação de um membro indicado pela Federação de Atletas Profissionais no Conselho Nacional do Esporte – CNE;

b) altera o § 2º do art. 27 para deixar evidente que a aquiescência prévia da assembleia-geral restringe-se à oferta de garantia para integralização do capital social;

c) altera a redação do § 5º e inclui um § 6º ao art. 27-A. Pela primeira, procura-se impedir, além da divulgação graciosa da marca, também dos símbolos e dizeres derivados ou com ela relacionados. Já o § 6º imputa uma penalidade pelo descumprimento do § 5º;

d) altera o *caput* do art. 28 para distinguir os institutos jurídicos da cláusula penal e da multa rescisória;

e) modifica a redação do § 3º do art. 31 para adequá-lo à redação proposta ao *caput* do art. 28;

f) acrescenta um parágrafo único ao art. 34 para exigir o envio de cópia do contrato, rescisão ou empréstimo de atleta para a Federação dos Atletas Profissionais;

g) altera o § 3º do art. 50 para excluir dos efeitos das penas pecuniárias também as entidades de prática desportiva; e

h) modifica a redação do parágrafo único do art. 57 para determinar a prestação de contas semestralmente, junto ao Ministério do Esporte, dos recursos recebidos pela Federação das Associações de Atletas Profissionais.

Esgotado o prazo regulamentar, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Cumprido o prazo regulamentar, em data posterior à aprovação do projeto em tela pelo Senado, foi promulgada a Lei nº 10.672, de 15 de maio de 2003, que proporcionou uma série de modificações que tiveram profunda repercussão na proposta em exame e que serão oportunamente avaliadas.

Por último, ressaltamos, ainda, que nos compete, nesta oportunidade, analisar a matéria que se encontra na alçada de competência desta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP, nos termos do inciso XVIII do art. 32, combinado com o art. 55, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Inicialmente, queremos esclarecer que, como já mencionado anteriormente, o Projeto de Lei nº 291, do Senado Federal, foi apresentado em 2001 e aprovado em 2002. Todavia, posteriormente, foi promulgada a Lei nº 10.672, de 15 de maio de 2003, que altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 1998, contemplando, inclusive, alguns aspectos do projeto em exame, bem como revogando a Medida Provisória nº 2.193-6, de 23 de agosto de 2001.

Tal consideração aplica-se às redações sugeridas para o inciso XI do art. 12-A, para o § 2º do art. 27 e para os parágrafos 5º e 6º do art. 27-A, os quais já se encontram contemplados no texto legal a partir da promulgação da mencionada Lei nº 10.672/03. Assim sendo, não há a necessidade de que sejam eles repetidos, possibilitando a supressão no projeto.

Cumprе ressaltar, no entanto, que apenas a modificação do **art. 12-A** refere-se à matéria própria da CTASP, pois prevê o acréscimo de um inciso XI ao citado artigo para admitir um representante das Federações de Atletas Profissionais no Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro – CDDB. Isso porque o CDDB constituía, originalmente, um órgão integrante da administração pública.

Ocorre que, segundo a redação vigente da lei, o CDDB foi extinto, sendo substituído pelo Conselho Nacional do Esporte – CNE. Além disso, ao referir-se à composição do CNE a lei não mais discrimina a sua composição, submetendo ao Ministro do Esporte a indicação dos membros.

Resta, portanto, prejudicado o dispositivo referido, o que nos leva à apresentação de uma emenda para suprimi-lo.

Quanto à sugestão de supressão das modificações aos **arts. 27 e 27-A** por também terem sido incorporadas à legislação vigente, conforme suscitado anteriormente, essa menção constará apenas a título sugestivo, uma vez que a sua análise estará no âmbito de competência da Comissão de Turismo e Desporto – CTD.

A nova redação proposta pelo projeto para o **art. 28** da

Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, modifica a parte final do dispositivo, a fim de tornar a cláusula penal específica apenas para o caso de transferência do atleta para outra entidade de prática desportiva, nacional ou internacional, sem prejuízo do disposto no *caput* do art. 31 da referida lei, que dispõe sobre a multa rescisória. Hoje a cláusula penal é devida nas hipóteses de descumprimento, rompimento ou rescisão unilateral do contrato.

A justificativa para essa modificação, apresentada pelo Senado Federal, é a de que a lei atual não distingue a cláusula penal (art. 28), instituto próprio do Direito Civil e Desportivo, da multa rescisória (art. 31), figura mais adequada ao Direito do Trabalho.

Nesse contexto, a medida prevista na nova redação do art. 28 deve ser mantida, eis que corrige fundamento jurídico expresso de forma equivocada no *caput* e que melhor se relaciona com o art. 31 da Lei 9.615/98.

O projeto do Senado Federal ainda altera o **§ 3º do art. 31** da Lei nº 9.615, de 1998. Porém esse parágrafo já foi modificado pela Lei nº 10.672, de 15 de maio de 2003, razão pela qual sugerimos a sua supressão.

A sugestão do acréscimo do **parágrafo único ao art. 34**, dispondo sobre o envio de cópia de contrato, de rescisão e de empréstimo de atleta profissional para a Federação Nacional dos Atletas Profissionais, merece ser acolhida, fundamentada no argumento expendido na justificação do projeto de que deve ser mantida ao máximo a transparência nas relações entre clubes e entidades representativas de atletas profissionais. Apenas uma ressalva deve ser feita em relação à identificação do dispositivo como sendo uma nova redação – NR. Por se tratar de inovação ao texto, essa referência deverá ser suprimida, o que poderá ser feito quando da redação final.

Diante do exposto, e ante as imposições regimentais relativas à competência de nossa Comissão, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.403, de 2002, com duas emendas supressivas.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado EUDES XAVIER
Relator

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**PROJETO DE LEI Nº 6.403, DE 2002**

"Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, com a redação dada pela Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000, e pela Medida Provisória nº 2.193-6, de 23 de agosto de 2001."

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado EUDES XAVIER

EMENDA SUPRESSIVA Nº 01

Suprima-se a alteração do art. 12-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, proposta pelo art. 1º do projeto.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado EUDES XAVIER

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**PROJETO DE LEI Nº 6.403, DE 2002**

"Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, com a redação dada pela Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000, e pela Medida Provisória nº 2.193-6, de 23 de agosto de 2001."

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado EUDES XAVIER

EMENDA SUPRESSIVA Nº02

Suprima-se a alteração do art. 31 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, proposta pelo art. 1º do projeto.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado EUDES XAVIER